



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

XXVIII — Nº 68

QUARTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1973

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

— ATA DA 80.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1973

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CÉLIO MARQUES FERNANDES — Pesquisa iniciada pela PETROBRAS no município de Esmeraldas — RS. Início de pesquisas programadas pela Comissão Brasileira de Pesquisas Mineralógicas no município de Esmeraldas, sobre as possibilidades mineralógicas do Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Protesto contra a remoção do busto do Governador Raymundo Padilha na praça de Santa Maria Madalena — RJ.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Alta do custo da energia elétrica.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Conflito Árabe-Israelense.

DEPUTADO ARGILANO DARIO — Realização de festas nos municípios de Bom Jesus do Norte e Iúna — em ocasião do transcurso de suas emancipações políticas.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Amparo à cultura do guaraná amazonense.

DEPUTADO FÁBIO FONSECA — Intercessão das Nações Unidas em favor da Paz Mundial.

DEPUTADO ALDO FAGUNDES — Como Líder do MDB — Telex enviado ao Sr. Ministro da Justiça pelo Diretor do Jornal *O Estado de São Paulo*, referente a censura naquele órgão da imprensa.

DEPUTADO NINA RIBEIRO — Como Líder da ARENA — Reparos ao pronunciamento do seu antecessor na tribuna.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 11/73-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1974:

— Anexo Poder Legislativo — Subanexo Tribunal de Contas da União. **Aprovado**, à Comissão Mista para redação final.

— Anexo Poder Executivo — Subanexo Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Aprovado**. A Comissão Mista para redação final.

1.4 — ENCERRAMENTO.

ATA DA 80.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1973

SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 7.^a LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR.
PAULO TÔRRES

19 horas, acham-se presentes os Senadores:

Alberto Sena — Geraldo Mesquita — José Lindoso — José Esteves — Antônio Trindade — Alexandre Costa — Adomir Milhet — José Sarney — Antônio Portella — Helvídio Nunes — Amar Alcântara — Wilson Gon-

çalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Milton Cabral — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Tôrres — Vasconcelos Torres — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Accioly Filho — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin.

E os Srs. Deputados:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Chefe da Divisão Industrial

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem 3 500 exemplares

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Alvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Hildebrando Guimarães — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA (SE); Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Oziris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Alvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Teotônio Neto — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Ricardo Flúza — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flôres — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Elcio Alves — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Dasó Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Hadad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacyr Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Flexa Ribeiro — ARENA; Flor Coutinho — MDB; Francisco Studa — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Sanches — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Mauro Tiexeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynal Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Athos Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Costa — MDB; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonseca — MDB; Fernando Fagundes Neto — ARENA; Francellino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nóbrega — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Sinval Boaventura — ARENA.

São Paulo

Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gaspárin — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonseca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Bezerra de Mello — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cândido Sampaio — ARENA; Cardoso Almeida — ARENA; Chaves Amarte — ARENA; Dias Menezes — MDB.

Logo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turber — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Italo Ittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Alves — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Paçeco Chaves — MDB; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Rômulo Salgado — ARENA; Roberto ebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goias

Anapolino de Faria — MDB; Ary Aladão — ARENA; Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jarund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garça Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Lopes da Costa — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Baim — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Buitto — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Fernando Gama — MDB; Flávio Giomne — ARENA; Hermes Macedo — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; José Carlos Leprest — ARENA; Luiz Losso — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Olivir abardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Lisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libaroni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhö — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio resolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi —

MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Helbert dos Santos — ARENA; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Sylvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres)

— As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 275 Srs. Deputados. Havendo número regimental declarado aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Alfeu Gasparini. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Célio Marques Fernandes.

O SR. CÉLIO MARQUES FERNANDES — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Descobertas e devidamente pesquisadas as vocações mineralógicas de um país, se constituem realmente numa consequência direta do estágio de seu desenvolvimento e operação um desempenho de impulsionar decisivamente a riqueza nacional. E na mobilização dos recursos naturais situa-se a capacidade de crescimento econômico de uma nação.

O Rio Grande do Sul, até o presente, pouco se preocupou com o seu subsolo, já que a exploração de sua superfície representa possibilidades imensas para seu desenvolvimento. Basta situar sua posição no que se refere à agricultura, que detém os mais elevados índices de produção de trigo, arroz, soja e outros produtos básicos, ou sua colocação de vanguarda em sua pecuária, inclusive com fortes mercados para exportações; sem pormenorizarmos seu avanço industrial, já às vésperas de se tornar o segundo pólo brasileiro no setor.

Pesquisas, no entanto, já foram iniciadas no subsolo gaúcho. A PETROBRAS está operando no Município de Esmeralda, no Nordeste do Estado, com aberturas de poços e já foi afirmado que não será surpresa se nos próximos meses jorrar petróleo dos poços que estão sendo abertos na região. Posteriormente as atividades da empresa estatal irão testar outras regiões, nas imediações de Santa Catarina, ou mais precisamente no Muni-

cípio de Machadinho. Ora, as pesquisas estão sendo conduzidas por técnicos especializados e uma resposta positiva neste campo se constituirá numa das maiores vitórias e conquistas em território rio-grandense.

Já no próximo mês, técnicos da Companhia Brasileira de Pesquisas Minerais deverão iniciar uma pesquisa científica sobre as possibilidades mineralógicas no Município de Lavras, verificando, em caráter definitivo, sobre as vantagens econômicas de sua exploração e, se confirmadas as perspectivas, então se desencadeará um processo acentuado para sua exploração, dentro dos mais modernos moldes da técnica. A região de Lavras do Sul já foi ponto preferido de garimpeiros e onde foi encontrado muito ouro e mineral precioso.

País de imensa dimensão, com território de variada formação geológica, o Brasil possui reservas minerais de quase todos os tipos existentes no mundo, mas a identificação desses recursos naturais ainda não se completou em seu ciclo. Estamos agora ingressando com maior agressividade no aprofundamento científico do nosso subsolo, para sua adequada exploração. As minas de carvão e de cobre, por exemplo, em nosso Estado, são consideráveis, enquanto em todas as regiões brasileiras já foram identificadas jazidas de minérios das mais variadas.

Diante da Revolução científica e tecnológica que está a conduzir os destinos do mundo moderno, a mobilização dos recursos minerais tornou-se o imperativo primordial de desenvolvimento e de soberania nacionais. É o caminho no qual o Brasil ingressa, celeremente, na busca de sua definida maioridade econômica.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, felizmente a exploração do subsolo brasileiro já é uma realidade. O Governo Federal, por intermédio do Ministério das Minas e Energia, está grandemente interessado neste problema. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres)

— Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Governador Raimundo Padilha costuma dizer que sabe o que não deve fazer. Mas o que acontece, Sr. Presidente, é que a realidade fluminense demonstra que ele faz sempre o que não deveria fazer. No começo de sua gestão, a sua assessoria, ou aquela sua privilegiada equipe de cortesãos, di-

regia-se para o interior do Estado, preparando terreno para aquela permanente homenagem, traduzida no endeusamento do grande Líder da Revolução, do grande Líder da ARENA, no Estado do Rio de Janeiro. E contentou-se, durante dois anos, com a concessão do título de cidadania.

Nunca usei da palavra para contestar a concessão desse título, porque é um recurso de que a comunidade dispõe para sensibilizar o governante, no sentido de ele voltar as suas vistas, dar melhor atenção às problemáticas municipais. Mas, agora, tenho que protestar: o homem está exigindo busto. Para fazer uma estrada, um pequeno calçamento, está exigindo da comunidade o seu busto em praça pública. Isto já é demais, Sr. Presidente.

Aqui está a notícia, publicada por um jornal das suas estreitas relações políticas, *O Dia*, da Guanabara, que diz o seguinte: "Padilha terá busto em Santa Maria Madalena".

Nesse município, Sr. Presidente, o Prefeito é o do MDB e a maioria da Câmara Municipal é composta de Vereadores do MDB. Mas, a verdade é que esse movimento é liderado pelo jornal local *O Madalenense*, que está organizando campanha para erigir o busto do Governador Raimundo Padilha numa das praças públicas da cidade.

Diz o jornal:

"A homenagem ao Governador do Estado do Rio representa a maneira que a população madalenense encontrou para agradecer a construção de uma estrada que está sendo executada pelo Governo fluminense, como resposta a antiga reivindicação."

A Prefeitura Municipal de Santa Maria Madalena, através do Prefeito emedebista Gilberto Simões Péracles, também se associou à homenagem. É a corrupção eleitoral, a pressão do Governo contra o Partido da oposição. Para inaugurar seis bicos de luz, ele queria um título de cidadania; agora, para fazer uma pequena estrada, a que está obrigado, em contraposição ao pagamento de tributos, ele está exigindo busto.

Ora, Sr. Presidente, se em cada cidade que fizer uma inauguração de meia dúzia de bicos de luz, um pequeno calçamento, inauguração de salas de aula, se colocar o busto do Sr. Raimundo Padilha, ele será o governante mais "bustificado" deste País. Daí, eu lavrar o meu protesto. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN — (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Viajando de avião, na semana passada, li parte de uma entrevista concedida pelo ilustre Ministro da Agricultura, Dr. Moura Cavalcanti, relacionada com o encarecimento do preço do feijão. Estranhei as afirmações de S. Ex.^a, dizendo, entre outras coisas, que a elevação do preço do feijão se deve ao fato do aumento da população brasileira, de o nosso povo comer mais feijão. E que, por outro lado, isto reflete também as boas condições do povo brasileiro. afirmou, ainda, que neste ano o aumento da lavoura do feijão estará na casa dos 10%.

Afirmações desta natureza denunciam que o nobre Ministro da Agricultura ainda não pisou em chão firme na Pasta que dirige. Não há quem não saiba que o povo brasileiro está empobrecendo cada dia que passa e, consequentemente, sempre em condições mais reduzidas para comprar feijão, principalmente pelo preço de sete ou oito cruzeiros o quilo. Além disso, conforme as muitas denúncias feitas da tribuna desta Câmara, não há quem ignore que a falta de feijão nacional, no mercado, se deve à política do Governo. Se, no ano anterior, os Órgãos do Governo tivessem reajustado o preço do feijão em bases justas e não tivessem permitido a exploração do produtor, não faltaria hoje feijão no prato do consumidor brasileiro. Isto não aconteceu, no entanto. Aí estão os anais da Câmara para comprovar quantas vezes eu, o Deputado Francisco Libardoni e outros parlamentares reclamamos contra essa falta de providência. O produtor teve que vender o seu produto por preço vil, sem o mínimo de recompensa pelo fruto do seu trabalho. É natural que os agricultores, em lugar de plantar feijão, para perder dinheiro, passaram a plantar soja e outros produtos mais rendosos. E os resultados deste erro da política governamental se refletem agora na importação de feijão, obrigando o já sacrificado povo brasileiro a pagar um olho da cara por um produto estrangeiro.

O Dr. Moura Cavalcanti anda mal informado também no que se refere ao aumento da lavoura de feijão para o próximo ano. Ele será muito superior a 10%. Isto comprova o acerto das nossas afirmações. O preço fixado agora pelo Governo é compensador. Daqui até a próxima safra, no entanto, os consumidores de feijão continuarão a comer o pão que o diabo amassou.

Outra coisa se está passando em relação ao leite, cujo problema é de alarmante gravidade.

No último ano das minhas atividades como Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, face às graves denúncias feitas durante re-

teradas reuniões, promovi a Primeira Mesa Redonda Nacional do Leite. E tiveram presentes seis Secretários de Agricultura de diferentes Estados, outros seis Estados se fizeram representar. Estiveram presentes, também, dezenas de usineiros, presidentes de cooperativas e inúmeros produtores. Sr. Ministro da Agricultura, Prof. Lu Fernando Cirne Lima, se fez representar por uma equipe de técnicos especializados.

O conclave teve tanto êxito que representante do Sr. Ministro da Agricultura, entusiasmado com o sucesso, disse que não se tratava de Mesa Redonda e, sim, de Congresso Nacional do Leite. As conclusões foram relatadas em notável síntese pelo eminente Deputado Herbert Levy, da ARENA de São Paulo. O trabalho, a seguir, foi encaminhado aos órgãos do Governo. Até hoje, Sr. Presidente e Sr. Deputados nenhuma das sugestões apresentadas foi acolhida.

O Governo, alheio a qualquer estudo de profundidade — como os apresentados, pelo Senador Carvalho Pinto — prefere as fórmulas simplistas, e, prejuízo do produtor e do consumidor.

Lamentavelmente, neste particular também, o ilustre Ministro da Agricultura está por fora do problema. Tanto é verdade que, poucos dias após assumir a direção da Pasta da Agricultura, anunciou que, no dia seguinte, iria ao Rio para resolver o problema do leite. E efetivamente, no outro dia a imprensa noticiou como resolvido o problema do leite através de portaria que simplesmente classificava o leite em duas categorias.

A crise continua aprofundando-se agravando-se. E o pior é que os próprios Ministros da Fazenda e de Agricultura confessam o fracasso anunciando novos aumentos do preço inclusive para o ano que vem. Estas medidas, como é público e notório, não atendem nem aos interesses dos produtores nem dos consumidores, principalmente da classe trabalhadora que já não tem condições de alimentar seus filhos com a preciosa substância nutritiva.

Há pouco tempo, dizia-me o ex-deputado e suplente de Senador, Otávio de Carvalho, grande produtor de leite: "Bresolin, quando se fala em leite, é preciso lembrar o valor do leite, o custo de uma vaca, de um curral, do arame, do estábulo, quanto custa a forragem; etc." Só depois disto se pode falar em estímulo à produção.

Ainda na semana passada, visitei Usina de Leite de Ijuí, uma das mais modernas do Rio Grande do Sul. Encomendou e recebeu novos equipamentos, que ainda não foram instalados e nem sabe se vai fazê-lo. Desde março que não fabrica mais queijo e manteiga, por falta de leite. E a parte de

maquina que funciona está operando com leite em pó, importado da Austrália, produto que custa mais caro que o natural.

Os produtores de leite de Ijuí, como acontece com muitos outros, em sua maioria, estão vendendo gado leiteiro, lavrando as pastagens para plantar soja e outros produtos. Ninguém trabalha para perder dinheiro. Ninguém produz leite atendendo, apenas, a apelos patrióticos.

Se o Governo não adotar medidas de profundidade, dentro de algum tempo, o povo brasileiro ficará privado de leite. Ou somente o tomará em pequena escassa minoria. E o pior de tudo que estamos seguindo o mesmo caminho também com o pão.

Como se vê pelo exposto, o Governo não tem infra-estrutura e, por isto, não encontra solução adequada para os problemas fundamentais do País, enquanto estamos assistindo à destruição do produtor e ao sacrifício tremendo do consumidor, que já não tem condições de sobrevivência, face ao astronômico aumento do custo de vida.

Além dos erros apontados, profundamente prejudiciais aos interesses do povo e da economia da Nação, desejo lembrar ainda a importação da banana, que causou incalculáveis prejuízos para mais de duzentas e cinquenta mil famílias, só do Rio Grande do Sul, sem beneficiar o consumidor.

Não foi de todo cicatrizada a ferida e já se fala em nova importação. Isto é possível que ocorra num passe mágico, como aconteceu da outra vez. Na importação anterior, quando o ministro Cirne Lima tomou conhecimento do fato, a autorização já havia sido concedida. Se isto acontecer, o Governo jogará a última pá-de-cal sobre o que resta da suinocultura.

Além de feijão, leite, café, etc., passemos, então, a importar também alame, linguiça, presunto, etc.

Estas são as razões fundamentais do aumento astronômico do custo de vida. As donas de casa que o digam. Já não há orçamento que suporte a majoração violenta e constante dos gêneros e primeira necessidade, vestuário, calçados, luz elétrica, telefones, combustível, etc. E o que mais impressiona é que, enquanto isto vem acontecendo, não faltam órgãos do Governo a abusando do povo e não tendo condições de contestar, continuam afirmando que a inflação, neste ano, não irá além da casa dos 12%. Tão diculgas são estas afirmações que, há poucos dias, um jornal da fronteira, do meu Estado, noticiando violento surto de gripe, informou, fazendo blá-blá: "A grande preocupação dos médicos é o de não permitir que o surto atinja mais de 12%".

Muito obrigado, Sr. Presidente. **Muito bem!**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Guerras como a atual, entre árabes e judeus, são denominadas guerras localizadas.

Já me referi, há algum tempo, nesta tribuna, a essa espécie de guerra.

Volto ao assunto apenas para reafirmar certos pontos.

Guerra localizada não é bem o que o editorialista do **Jornal do Brasil**, logo no início da atual, no Oriente Médio, disse em seu editorial.

Para ele, guerra localizada é aquela que abrange só uma área ou região determinada, e nela se confina.

Não é só isso: guerra localizada é algo mais além de se desenrolar em uma região restrita.

Guerra localizada é um artifício de que se valem os que têm vontade de fazer uma guerra em grande escala, mas têm medo de fazê-la, por motivos vários.

Então, patrocinam alguns países, adrede escolhidos, para se engalfinhar por motivos também vários.

É uma guerra por procuração, com grandes vantagens para os patrocinadores e todas as desvantagens para os patrocinados. Senão, vejamos alguns pontos, a relembrar:

1.º É um campo de provas para armas e equipamentos novos, novas táticas e técnicas de guerrear.

2.º Mantém em funcionamento as indústrias de armamento e demais, material bélico e de apoio, garantindo trabalho, dando dinheiro, etc.

3.º Mantém aceso o choque de idéias, os estímulos bélicos, numerosas forças armadas sustentadas por colossais orçamentos; em suma, mantém viva a chama da guerra, enquanto ela não vem; aberto, portanto, o templo de Janus.

4.º Os patrocinadores nada ou quase nada sofrem; seus territórios permanecem intactos e suas populações protegidas e seguras, enquanto a ruína, a devastação e a miséria sobram para os patrocinados.

Por ora, apenas esses.

Há mais, ainda.

Nenhum país que não tenha capacidade para fabricar seu próprio armamento e não possua estrutura capaz de sustentar uma guerra moderna, pode fazer qualquer guerra em escala global, digamos assim; só os que não podem fazer guerra senão recebendo tudo de fora, principal-

mente o material de guerra, fornecido por aliados ou patrocinadores.

Guerra que terminará quando esse material não for mais fornecido, o que indica que acabará no momento em que os fornecedores quiserem ou decidirem terminar com a guerra.

É exatamente o caso da guerra atual, no Oriente Médio, que não é bem uma guerra localizada, Sr. Editorialista do **JB**: é uma **guerra mal localizada**, isto é o que é.

Porque foi localizada numa região do Mundo que, além da sua importância geográfica, como verdadeira encruzilhada, junção de 3 continentes, é uma região crítica por vários motivos e sob vários aspectos. Entre esses, o Canal de Suez e o petróleo.

Petróleo que não faltará aos russos, que o possuem e que se precisar dos dos árabes não lhes será negado, e que estão já pesquisando na Região Ártica, com bons prenúncios. Mas que faltará para os EE. UU. e o Mundo Ocidental, usado como está sendo como arma de pressão, verdadeira arma de guerra, aliás.

Existe, nas guerras ditas localizadas, o perigo da perda de controle por parte dos patrocinadores, isto é, a "guerriinha" pode não evoluir de acordo com as previsões, planos e objetivos colimados.

Essa, entre árabes e judeus, é uma delas.

É a desfaçatez dos patrocinadores é tão clara e chocante que, segundo uma notícia difundida, já há o temor de que a atual guerra "esteja fugindo ao controle". Controle de quem? Claro que, senão dos dois, pelo menos de um dos patrocinadores.

Isto, muito mais do que os motivos e ardores guerreiros de árabes e judeus, pode pôr termo à guerra.

Porque esta pode ir um pouco mais longe do que foi previsto, ou seu desenrolar pode tomar rumos perigosos e inconvenientes.

E, para terminar, um lembrete: "estas guerras localizadas são previstas e preparadas desde que uma guerra de âmbito mundial termina; após essas guerras, grandes comoções que abalam e envolvem o mundo inteiro, muitas transformações e consequências surgem, até mesmo, no campo psicossocial; também Sociedades de Nações são organizadas com a finalidade precípua de "evitar uma nova guerra, como a Liga das Nações, após a primeira e a ONU após a segunda Grande Guerra".

O mal é que sempre se deixa, de fora, um ou mais "rabos" para novas guerras, pois alguns países são divididos de tal modo que, cedo ou tarde, entrarão em choque armado, surgindo guerras localizadas que pode-

rão ser rastilhos de nova grande guerra, de âmbito global; normalmente se usam paralelos, ou meridianos, ou ainda um "enclave"; as duas Coreias, os dois Vietnãs, as duas Alemanhas e o enclave Israel, são os exemplos mais conhecidos; dois paralelos já produziram seus efeitos (Coreias e Vietnãs) e um enclave (Israel), está, no momento, demonstrando que isto é, infelizmente, uma verdade.*

Aliás, no caso de Israel, trata-se de uma espécie de península às avessas — uma quase ilha cercada de terras e árabes por todos os lados, menos por dois que a ligam ao Mediterrâneo e ao Mar Vermelho.

Para não ir mais a fundo, fico com a impressão, que é pessoal, de que estes "rabos de guerra" me parecem intencionais, muito embora o surgimento de novos países, a divisão de países em dois e a criação de países não existentes, sejam fruto de boas intenções de muitos, altamente louváveis.

Mas, por que duas Coreias, quando a Coreia é uma só, um só povo, uma só nação?

Questões ideológicas, dirão. Mas, serão estas suficientes e cabíveis para tornar inimigas duas nações que são uma só?

Guerra civil não foi, pois, é outra coisa: luta interna entre irmãos, sem interferência e participação de estranhos.

A questão é complicada, delicada e tudo é possível.

Numa das duas Irlandas, a do Norte, lutam ferozmente católicos e protestantes, ambos cristãos, revivendo, nos dias de hoje coisas da Idade Média, e mais antigas, que se julgava existissem apenas nos livros de História, e, talvez, nos museus. Uma espécie de guerra civil, aliás.

O fato é que, após a Primeira Grande Guerra surgiram alguns países novos, como a Iugoslávia, por exemplo, verdadeira colcha de retalhos, englobando povos até inimigos irreconciliáveis como os sérvios e os croatas, sempre em estado de guerra latente.

E uma divisão, como a das duas Irlandas, também como exemplo.

E, após a Segunda Grande Guerra, além de muitos novos países, surgiram algumas divisões, como as duas Coreias, os dois Vietnãs e as duas Alemanhas.

As duas primeiras já produziram guerras localizadas e a terceira, fatalmente produzirá uma, a menos que o povo alemão, inteligente como é, compreenda que a Alemanha é uma só e se una finalmente.

E, afinal, o Estado de Israel, um enclave (ou melhor uma base?) no Mundo Árabe, que, também fatalmen-

te, teria que dar no que vem dando desde 1948, quando Nasser resolveu nacionalizar o Canal de Suez e o Egito foi invadido por franceses, ingleses e norte-americanos, com os incipientes israelenses como contrapeso, sem ligar para a ONU e muito menos para a soberania de uma nação livre.

Qualquer que seja o desfecho da atual guerra, localizada no Oriente Médio, ela não vai terminar e isto é fácil de prever por motivos que nem é preciso explicar.

Ou melhor: vai terminar quando um dos atuais beligerantes adquirir condições para produzir seu próprio armamento e uma estrutura de apoio que lhe permita fazer a guerra sem precisar de auxílio externo nem de patrocinadores — o que conseguir primeiro, poderá eliminar o oponente.

Ou então quando a divisão for por três, fugindo à tirania da filosofia do n.º 2, aumentando o número de alternativas e dificultando o clássico um a um.

Ou, ainda, quando os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, as vítimas mais procuradas pela GL (guerra localizada) se convençam e firmemente se decidam a terminar com a dependência que os amarra aos Grandes, e procurem, como fez o Japão, desenvolver-se à sua custa, mesmo correndo riscos que serão inevitáveis, mas necessários.

Para fugir ao triste papel de joguetes, manipulados nos bastidores pelos que os usam em função dos seus interesses.

Agora mesmo, nesta GL do Oriente Médio, prevejo que está iminente o fim das hostilidades e isto porque:

1.º a guerra está fugindo ao controle, ameaçando tomar rumos enviesados, não previstos e perigosos;

2.º Os objetivos dessa guerra não são conhecidos, como sempre, mas, pelo menos um deles, que pode ser o objetivo principal, para mim "a abertura do Canal de Suez", parece já possível de ser atingido, isto porque guerra no Oriente Médio gira sempre em torno do binômio Petróleo—Canal de Suez, cujos dois termos são inseparáveis;

3.º é hora, pois, de terminar com a guerra, não pela atuação guerreira dos beligerantes, mas pela dos patrocinadores, que já decidiram terminar com ela e estão em entendimentos para isso, segundo as últimas notícias — Kosygin já conversou com Sadat, Kissinger já partiu para Moscou, etc., etc.

4.º depois, é levar tudo para a ONU... para justificar a existência desta e deixar uma porta aberta para nova GL na zona, se for o caso, e geralmente... será o caso.

Há coisas que são fatalidades, infelizmente, como um choque entre atuais superpotências, que terá que ocorrer uma vez que o Mundo é pequeno demais para eles, ao que parece.

A História que repete: a Guerra Civil espanhola serviu de campo de provas para dois dos principais beligerantes da 2.ª Grande Guerra, que veio logo após, e isto todo o mundo sabe (russos e alemães).

As guerras no Sudeste Asiático, na Coreia e no Oriente Médio, todas localizadas, e foram 3, todas mortíferas e perigosas, estão servindo de campo experimental para provável beligerantes de uma outra guerra global.

Não a desejo, como ninguém deseja.

Mesmo porque, após uma 3.ª Guerra Mundial, com o emprego do armamento que os principais beligerantes possuem e aperfeiçoam, "com carinho especial", a Humanidade, ou o que restar dela, poderá ainda travar um 4.ª Guerra Mundial, ou mesmo Localizada.

Mas, terá que ser a cacete, a paqueta como na Idade da Pedra, segundo Einstein...

O que todos desejamos é um Mundo com Paz, Tranquilidade, Segurança, Respeito e Convivência entre povos e nações e tudo o mais de bom para a vida, o progresso e o Bem-Estar da atribulada população do Mundo de hoje.

E, com estes votos e estes desejos que são de todos, termino aqui.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Argilano Dario.

O SR. ARGILANO DARIO — (Proclama o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr. Congressistas:

Venho a Tribuna para registrar nos anais do Congresso, a realização das festividades dos Municípios de Bom Jesus do Norte e de Tuna, e que o último, no Sul de nosso Estado desde 24, está em festa, e aqui se encontra em meu poder um programa das festividades, que irão até o dia 28 deste mês. Ali, Sr. Presidente, estão mostradas as produções de todos os gêneros do Município, especialmente as da área agropecuária.

Deixo, por conseguinte, registrado nos anais do Congresso, para conhecimento dos Srs. Congressistas e de toda a Nação, o que se está passando naquele Município, como, igualmente, deixo registrado, Sr. Presidente, o que está acontecendo no Município de Tuna.

prio de Bom Jesus do Norte, grandes festividades e reuniões daquela gente, para a alegria do seu Prefeito, o ilustre Advogado Dr. João Batista da Silva.

Este registro, faço-o com muita alegria, com muita satisfação para que aquela gente toda acorra às festividades, que se encerrarão no dia 28 deste mês no Município de Bom Jesus do Norte. Muito obrigado Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ARGILANO DARIO EM SEU DISCURSO

IÔNIA EM FESTAS

De 24 a 28 de outubro, a comunidade Iunense estará comemorando a passagem de mais um aniversário da emancipação político-administrativa e, assinalando a efeméride, elaborou-se o seguinte:

PROGRAMA

24 — Quarta-feira

8,00 hs — Missa em Ação de Graças, Matriz.

9,00 hs — Abertura da Exposição Agropecuária.

10,00 hs — Abertura da Exposição Latélica da E.B.C. Telégrafos.

13,00 hs — Inauguração da Quadra Esportes do Colégio Comercial.

15,15 hs — Futebol — Olaria F.C. x Colégios Evangélico (P. Soares.)

18,00 hs — Cultos Religiosos em Praça Pública.

19,30 hs — Sessão cívica promovida pela Loja Delta Maçonica filhos de Luz e Virtude.

20,00 hs — Abertura de "Bu'Ater" e baile com o conjunto Palluzi, a cargo dos formandos de 1973.

25 e 26 — Competições esportivas, baile, shows etc.

27 — Sábado

9,00 hs — Competições esportivas a cargo do Colégio Estadual

14,00 hs — Show de paraquedismo no Estádio Municipal, a cargo dos atletas do Para-Clube Capixaba.

15,15 hs — Futebol Olaria F.C. x Rio Branco A.C. (campeão capixaba de 1973) e show da fabulosa cantora de rádio e TV Rose Valentim.

18,00 hs — Cultos Religiosos.

22,30 hs — Baile nos Clubes locais. O S.R.I. animado pelo conjunto Brazilian Sound, com a participação da cantora Rose Valentim.

28 — Domingo

5,00 hs — Alvorada pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado.

9,00 hs — Grande desfile estudantil, com diversas alegorias e a participação da Banda da Polícia Militar e Banda Marcial do G.E.E.N.I.

No Estádio Municipal:

13,00 hs — Show de Mini-aviões.

14,00 hs — Show de paraquedismo.

15,00 hs — Show com o espetacular cantor de rádio e TV Cláudio Fontana.

15,30 hs — Futebol Rio Pardo F.C. x Rio Branco A.C.

17,30 hs — Encerramento da Exposição Agropecuária, com entrega de prêmios aos vencedores.

18,00 hs — Cultos religiosos em Praça Pública.

21,30 hs — Baile na S.R.I., com o espetacular conjunto Black Art e a participação de Cláudio Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já é do conhecimento de muitos que a economia da Amazônia sempre foi a borracha. Depois, a castanha-do-Pará, assim chamada, foi uma base auxiliar nessa economia. Finalmente, a juta veio, não a substituir as duas mas socorrer, formando um tripé na economia regional.

Desgraçadamente, Sr. Presidente, é também do conhecimento de todos que a borracha é algo falido. A castanha-do-Pará, por falta de preço, também não tem mercado para os produtores colherem a matéria-prima; e, finalmente, a juta, que é plantada na terra alagadiça ou na várzea, tem passado por anos difíceis, porque, já há quatro ou cinco anos sucessivos, temos tido enchentes enormes, isto é, que não permitem que a juta seja colhida no tempo devido. Com isso, estou a declarar que a economia da Amazônia — notadamente do meu Estado — está atravessando horas amargas.

Temos para suprir tudo isto, talvez, um produto de alta valia, que, no entanto, não tem merecido, até agora, a proteção dos Governos, quer federal, quer estadual. Refiro-me ao guaraná, produto de grande rentabilidade, produzido nas terras firmes ou altas e que, diferentemente da juta, que é plantada e colhida todo o ano, pode durar, plantado e cultivado, até 50 anos e — dizem os que estudaram a matéria — o nativo pode ir até 80 anos de existência.

Veja V. Ex.^a, Sr. Presidente, que é, pois, uma economia duradoura de alta rentabilidade, mas os Governos não têm cuidado do assunto. Já tratei da matéria desta tribuna e alguns comerciantes do Amazonas têm lu-

tado, também, por isto. Infelizmente, temos quase que batalhado sozinhos.

Por isso desejo, desta tribuna, nesta noite, dirigir mais uma vez apelo ao Sr. Ministro da Agricultura que, confesso, não sei se tem ouvido nossas reivindicações. Tenho que fazê-lo mais uma vez para que S. Ex.^a possa atender-nos, estudando a rentabilidade do guaraná, que seria hoje a primeira coluna-mestra na economia do Amazonas, já que o tabu de que só num município do Amazonas, Manaus, daria o guaraná hoje é uma filosofia ultrapassada, porque em qualquer lugar do Amazonas se produz o guaraná, e com abundância; haja vista o plantio que há perto de Manaus, feito por japoneses, com seus próprios recursos e que vem tendo alta rentabilidade.

Dirijo, mais uma vez, Sr. Presidente, ao Sr. Ministro da Agricultura, nosso apelo, no sentido de que S. Ex.^a atente para a cultura do guaraná, a fim de que, se não vier ele a constituir a economia basilar do Amazonas, pelo menos seja coadjuvante, na soma, com a borracha, a castanha e a juta, para auxiliar a economia de um Estado que atravessa horas difíceis. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fábio Fonseca.

O SR. FÁBIO FONSECA — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É uma comunicação que me choca bastante esta que venho fazer, pois as Forças Armadas das duas grandes Nações, a Rússia e os Estados Unidos da América do Norte, já estão de prontidão, com seu armamento bélico, e mais, ainda, o atômico.

Nós, Sr. Presidente, que fomos combatentes da Segunda Grande Guerra Mundial, sabemos muito bem do sacrifício, não apenas nosso, principalmente dos civis, especialmente de crianças e mulheres. Sabemos que a guerra, na casa dos outros, é, realmente, o que poderíamos denominar "Inferno", de Dante, de Thomas Mann, mas, agravado, agora, com armamento atômico, poderemos caracterizá-lo como mais fantástico ainda.

É ainda nesta expectativa que nos encontramos, por sabermos o que é a guerra, por termos provado o que é a guerra, onde a bala não tem endereço certo e, às vezes, vai para aqueles pobres inocentes que não sabem porque estão morrendo. Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para fazer um apelo no sentido de que as Nações Unidas consigam por termo a esse conflito que se aproxima, porque dele só vão tirar proveito aqueles que querem, realmente, entesourar cada vez mais, ou aqueles que só gostam da "tesourosomose", para poder

vingar a inocência dos povos do Terceiro Mundo.

É o apelo que fazemos desta tribuna. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès) — Está terminado o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Fagundes, como Líder.

O SR. ALDO FAGUNDES — (Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Compareci, na sessão de ontem, a esta tribuna com um propósito determinado: ler o relatório, apresentado pelo jornalista Júlio de Mesquita Neto perante a Associação Interamericana de Imprensa, que não pôde ser divulgado no jornal que ele dirige no Brasil, o grande órgão de imprensa que é **O Estado de S. Paulo**.

Antes de proceder à leitura do documento, fiz algumas considerações, dizendo da freqüência com que, infelizmente, representantes da Oposição comparecem à tribuna para denunciar a violação de direitos da pessoa humana no Brasil.

Volto hoje, Sr. Presidente, para verberar a censura imposta à imprensa no Brasil, pois acabo de receber, juntamente com o eminente Líder do MDB no Senado Federal, um telex que passo a ler:

“A Liderança do MDB na Câmara Federal e Senado

Brasília — DF.

Cópia do telegrama do Dr. Ruy Mesquita enviado hoje ao Ministro da Justiça, Sr. Alfredo Buzaid:

Quando o Juiz da 2.^a Vara Auxiliar do Júri decidiu pela impronúncia de alguns Delegados de Polícia acusados de terem assassinado marginais envolvidos no tráfico de entorpecentes, com a agravante de estarem eles também, envolvidos nessa prática criminosa, não houve da parte da Censura Federal nenhuma restrição à publicação, pelos jornais do Brasil, de farto noticiário e de numerosos comentários a respeito, assim como de declarações e entrevistas dos acusados. Agora, quando o Tribunal de Justiça decide acolher recurso, contra aquela decisão, e, por votação unânime, define-se pela pronúncia dos acusados e pela sua prisão preventiva, enquanto aguardam julgamento pelo Tribunal do Júri, verificamos que a Censura impede a publicação, não apenas de comentários a respeito da decisão, como também de simples noticiário a respeito dos processos e do seu futuro desenvolvimento. Acreditando que essa atitude da Cen-

sura Federal se devia ao fato de terem surgido, nas primeiras notícias a respeito, referências à participação dos acusados na repressão ao terrorismo, demos ordens aos nossos redatores para que suprimissem do noticiário a respeito quaisquer referências a essa participação. Hoje, no entanto, verificamos que a Censura continua a impedir a publicação no noticiário referente ao escandaloso processo.

Não pretendemos, evidentemente, dar lições a quem, por ser jurista e advogado, não precisa delas para avaliar o verdadeiro significado dessa atitude da Censura Federal.

Desejamos, apenas, lavrar o nosso protesto contra mais este atentado contra a liberdade de imprensa, tanto mais grave e mais iníquo quanto representa, em primeiro lugar, uma forma evidente de o Poder Executivo exercer pressão sobre o Poder Judiciário, num caso de crime comum e escabroso. Pela primeira vez, na história do Brasil, o Governo toma partido, num processo criminal, a favor dos indiciados criminosos.

Nada disso, no entanto, nos surpreende. Nunca duvidamos da impossibilidade de, num regime de censura prévia dos jornais e demais meios de comunicação, deter-se o Governo nos limites do bom-senso e do respeito a um mínimo de princípios éticos que nenhum regime, por mais revolucionário que seja, tem o direito de desrespeitar.

Apenas, sentimos vergonha, como brasileiros ciosos da imagem que nosso País projeta no mundo civilizado.”

Atenciosamente — **Ruy Mesquita.**”

Diretor do **Jornal da Tarde** e do **O Estado de S. Paulo**.

Após o meu pronunciamento na sessão de ontem, Sr. Presidente, fui honrado com a contestação do eminente Líder Eurico Rezende que, a certa altura do seu discurso, faz, a propósito da censura, a seguinte afirmação:

“Esta censura existe no interesse maior do País, para que não se projete lá fora uma imagem penosa de nossa Pátria.”

São palavras textuais do nobre Senador Eurico Rezende.

Se esta é a justificativa da liderança do Governo para a existência da censura imposta à imprensa, é o caso de se perguntar: a imprensa sendo livre, publicando livremente o que se passa no País, descrevendo o que

faz — ou o que não faz o Governo fazendo isto dá uma imagem penosa de nossa Pátria?

Mas, porventura, não é imagem penosa a existência da censura? Porventura não retroagimos em termos de civilização e de evolução do pensamento porque o Governo quer gauletear a liberdade de comunicação entre os brasileiros?

Os cem milhões de brasileiros seguramente podem assistir aos programas de rádio e televisão que o Governo controla, pela censura. O Governo censura as músicas que os compositores compõem, censura os poemas que os poetas escrevem, censura o teatro e o cinema, diz dos livros que podem ser lidos, aponta o noticiário que pode ser divulgado, orienta até as notícias em torno dos debates no Congresso Nacional — pois censura discursos parlamentares nos jornais — e não isto imagem penosa da nossa Pátria.

Não, Sr. Presidente, não há de ser pelo terror cultural ou a permanência ameaça policial nos órgãos de comunicação que o Governo impedirá imagem penosa do Brasil no exterior. Muito ao contrário. O Governo, com a censura, é causa eficiente das críticas as mais severas que o mundo civilizado faz ao quadro institucional brasileiro.

É impossível, Sr. Presidente, abafar a verdade simplesmente por não divulgá-la. Por exemplo: há fome e subnutrição na mesa de milhões de brasileiros. Não falemos nisto, não publiquemos nos jornais, não denunciemos no Parlamento e, apenas por isso a mesa porventura se tornará farta?

Não falemos nas prisões arbitrárias e então estará restaurado o império da lei? A ordem processual? O contraditório da acusação e da defesa?

Censura-se a imprensa para evitar a imagem penosa do Brasil! Pois afirmo que dos muitos atos de arbitrariedade que o Governo pratica poucos se podem igualar, em intensidade, com a censura para dizer, lá fora, da angústia e do sofrimento dos democratas deste País.

Pelo texto do documento que acabo de ler, vejo, Sr. Presidente, que uma decisão do Poder Judiciário não pode ser divulgada no jornal **O Estado de S. Paulo**. A censura já tem impedido a divulgação de discursos parlamentares pronunciados aqui desta tribuna e agora avança para censurar também, arestes dos tribunais! É como diz o despacho, Srs. Congressistas

“Nunca duvidamos da impossibilidade de num regime de censura prévia dos jornais e demais meios de comunicação, deter-se o Governo nos limites do bom senso e do respeito a um mínimo de pri-

cípios éticos que nenhum regime, por mais revolucionário que seja, tem o direito de desrespeitar."

E, assim, chegamos à melancólica conclusão de que, para evitar que "se ojetete lá fora uma imagem penosa de nossa Pátria", o único Poder que de ter divulgada a sua atuação é o Poder Executivo. Os elogios ao Governo são livres! As vozes dos áulicos o mil vezes ampliadas! Os números oficiais nunca podem ser contestados! Os slogans governamentais invadem as salas pelo rádio e pela televisão! Os 12% do Sr. Ministro Delfim Netto são alardeados dogmaticamente, sem qualquer inócuo à contestação dos preços nos mercados de País! O Governo do poder com o AI-5 ao seu dispor, mas nem por tudo poder há de silenciar a alma nacional, que continuará a falar nos valores imperecíveis de ontem, exaltando a Democracia e a Verdade! (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres)
Concedo a palavra ao nobre Deputado Nina Ribeiro, que falará como líder.

O SR. NINA RIBEIRO (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem virar o orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No âmbito de uma sessão do Congresso, convocada com fim específico, tal seja, o de votar matéria orçamentária, houve por bem o eminente líder da Oposição na Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Fagundes, repetir, reiterar, dar uma sequência isódica, quase que de um filme em série, daquilo que anteriormente já tinha dito e que no dia de hoje, dadas as prerrogativas regimentais, poderia ter feito parte das discussões da nossa Sessão Plenária na Câmara dos Deputados.

Citando aqui um telegrama, assinado por Rui Mesquita, que vem aclarar, em nome de periódicos que merecem todo o nosso respeito e consideração, porque enformados de uma adição válida de respeito às instituições democráticas, o nobre Deputado Aldo Fagundes fala numa daquelas causas que têm o lado simpático. Ex.^a aproveita, com notável mestria, o lado agradável e simpático das coisas, contra o qual difícil é argumentar.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, às vezes contra o lado simpático contra a liberdade de informar cabe em princípio corresponsabilidade de responsabilidade, de enfrentar, até um grau certo de impopularidade, aquilo que o famoso Presidente Kennedy, em *profiles in Courage*, disse! "essa impopularidade que, algumas vezes, precisamos, inclusive, armazenar para saber está-la no devido tempo."

Vivemos, Sr. Presidente, uma época que é por todos reconhecida como sendo crítica.

Antecedeu o eminente Líder da Oposição, na tribuna, um outro corifeu das hostes oposicionista. Foi pela palavra do eminente Deputado Fábio Fonséca, cujos ecos ainda ressoam em nosso plenário, que tomamos conhecimento — e concordamos com S. Ex.^a de que uma grave crise estamos a viver, inclusive pelos armamentistas, pelo estado de alerta de grandes potências bélicas no mundo de hoje.

É a própria voz da Oposição imparcialmente que nos dá argumentação de exemplo, perante o Líder da Oposição na Câmara dos Deputados, para reconhecer que não estamos em tempos normais e que um lago espelhado e plácida superfície não estaria a nos reservar uma imagem de mar de rosas; do contrário, a especulação de múltiplas natureza, é que nos levam neste momento, sem querer suprimir liberdade alguma, muito menos a da Oposição, que é livre para falar e para aclamar, inclusive numa Sessão convocada com outro objetivo.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o momento é tão grave e tão sério que nos leva à meditação de criticar as instituições políticas em todo o orbe.

Vemos que um Conselho de Segurança da ONU mostra a fragilidade da sua própria contestura, como a herdar uma herança maldita de uma Liga das Nações que se tornou como que impotente de resolver as grandes crises e não foi realmente hábil para evitar a guerra.

Cento e trinta vezes usaram do direito de veto no Conselho de Segurança e, por causa disso, a ONU no aniversário que comemorou há poucas horas passadas, demonstrou mais uma vez a sua fragilidade em impedir o ressabiado de guerra.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, fala-se em liberdade de imprensa como se liberdade, ou liberdade de imprensa fosse um termo absoluto; como se censura fosse algo de maldito.

Porventura, existe algum conceito absoluto de liberdade? De liberdade desvinculada de qualquer conotação dos interesses maiores de uma coletividade em qualquer tempo ou lugar?

Desafiaria ao eminente Líder da Oposição que me apontasse um só lugar onde não existissem delimitações mais ou menos extensas deste conceito; pois até mesmo nos Estados Unidos estão em face de uma crise institucional onde se discute até onde pode ou deve o Poder Legislativo entrar nos escombros daquilo que se chamou "o escândalo de Watergate" para haver as gravações feitas no âmbito

próprio do Poder Executivo. Isso motivaria a se revolver na cova, talvez, até o gênio de Montesquieu, autor de "L'esprit des Lois", que quando elaborou regras de sistematização de divisão dos poderes não imaginou que atingisse a conflitos tão graves ou tão sérios, ou a complexidade do estado industrial viesse a dar aos pobres este entrechoque.

Censura, Srs. Congressistas, censura existe. Censura existe, sim, a começar de uma realidade psicológica. Quem compulsa as obras de Freud, vê que a censura começa na intimidade do nosso ser. Censura existe para passar de uma idéia, de um sentimento, de um fluxo do nosso id, do nosso subconsciente — onde existem segredos terríveis, pois o próprio mestre Goethe disse certa vez: "Não vejo um relato do crime mais bárbaro que seja, para o qual não tenha sentido intimamente uma inclinação profunda." O que seria de nossa personalidade, Sr. Presidente, se não houvesse uma censura interna? Seríamos todos loucos. Que seria, Sr. Presidente, da psicologia individual? O que dizer da coletiva, se não tivéssemos um mecanismo elementar de separar o inconsciente do subconsciente e este da consciência plena, daquilo que exteriorizamos, daquilo que deixamos em confronto com o próprio superego?

Perguntaria ao eminente líder da Oposição se defende um conceito absoluto de liberdade, uma desvinculação completa de qualquer restrição ou conotação do que concerne à imprensa? Indagaria se S. Ex.^a assumiria esse papel tão simpático, tão fácil, tão hospitaleiro, para ganhar inclusive em manchetes de jornais, mas que encontraria no seu mundo de sonho ou fantasia, e na sua utopia o não respaldo de todas as sociedades constituídas até hoje que, em grau maior ou menor, sempre exerceram um aspecto de condicionamento, pelo menos de filtragem, para evitar que certos fatos, para impedir que certas notícias, para evitar que alguns aspectos, ganhem foros de sensacionalismo, de meias verdades ou verdades ditas pela metade que, no dizer de Machado de Assis, equivaleria a uma inverdade completa, sobretudo quando tudo isso leva à intranquilidade social, tem os reflexos na economia e é mesmo como que espoleta de crises sociais perante as quais tantos governos, tantas administrações têm soçobrado.

O Sr. Aldo Fagundes — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NINA RIBEIRO — Ouço o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Aldo Fagundes — Em primeiro lugar, nobre Deputado Nina Ribeiro, quero dizer a V. Ex.^a que fiz uso da palavra com amparo em uma disposição regimental que permite ao líder de Bancada comparecer à tribuna

em qualquer parte da sessão. Recebi um documento desta gravidade e sendo este sessão do Congresso Nacional a primeira oportunidade que se me ofereceu de vir à tribuna, usei de um dispositivo que o Regimento consagra. Quanto à liberdade com responsabilidade, no que tem razão V. Ex.^a, a indagação que a Oposição tem feito é exatamente em torno dos critérios para a censura imposta à Imprensa no País. Existem critérios objetivos? Ou a censura é feita ao arbitrio de um censor despreparado, muitas vezes, para desempenhar o seu papel? V. Ex.^a deve estar lembrado que faz algum tempo a Bancada do MDB tentou convocar, ao Plenário da Câmara dos Deputados, o Sr. Ministro da Justiça para falar sobre a censura imposta à Imprensa do País, e um dos itens do questionário formulado pela Oposição era exatamente este: "Que critério usa a censura? Poderá V. Ex.^a informar a respeito?"

O SR. NINA RIBEIRO — Informarei a V. Ex.^a o critério usado sobre a censura, quando V. Ex.^a também explicar, não apenas a mim mas à Casa ou ao Congresso reunido, qual o critério que a Oposição usa para censurar os seus próprios oradores. Porque ainda não foi bem explicado, eminente Líder da Oposição, o veto oposto ao Deputado Francisco Pinto quando entendeu de se pronunciar na Câmara dos Deputados. O conflito ainda está na memória de todos nós, bem vivo, quando, alto e bom som, entre ele e o eminente Líder da Oposição, que foi antecessor de V. Ex.^a, um diálogo áspero demonstrou, além da intimidade de discussão partidária — que eu não teria o direito de violar, mesmo que chegasse ao meu conhecimento; mas, o fato foi público, foi ostensivo, o fato foi notório! E a discussão de primeiro plano, travada neste mesmo local, neste plenário, que na hora funcionava apenas como Câmara dos Deputados, serviu para mostrar que entre o Deputado Jairo Brum, investido antes das excelências de Liderança da Oposição na Câmara dos Deputados, e o eminente Deputado Francisco Pinto, havia algo de inconciliável...

O Sr. Aldo Fagundes — Isto é intriga vulgar que não tem nada com a matéria em debate! É intriga de V. Ex.^a

O SR. NINA RIBEIRO — Um deles foi impedido pela Liderança da Oposição na Câmara dos Deputados.

O Sr. Aldo Fagundes — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. NINA RIBEIRO — Então, se não ficou claro e se a própria Oposição na suas hostes não explicou, nem naquela ocasião, nem perante os seus partidários em outra ocasião, quais os critérios que usou para censurar o discurso de um companheiro, qual o respaldo de violência moral que existe neste momento?

O Sr. Aldo Fagundes — Permite-me um aparte? V. Ex.^a está fazendo uma intriga com Membros integrantes da minha Bancada!

O SR. NINA RIBEIRO — Sr. Presidente, eu estou com a palavra e já que o Regimento é tão observado e já que S. Ex.^a iniciou o aparte anterior, dizendo que falou porque respaldado estava no Regimento, e não contesto S. Ex.^a neste momento, peço que, regimentalmente, me seja dado responder aos apartes, um a um. Não negarei os apartes ao eminente Líder da Oposição na Câmara, que muito me merece, mas me permitirei responder um a um dos apartes que me foram dados. Ainda estou respondendo ao aparte que V. Ex.^a me deu.

O Sr. Aldo Fagundes — V. Ex.^a apresentou matéria nova e não deixa que eu conteste as suas afirmações. Permite-me aparte?

O SR. NINA RIBEIRO — Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que me assegure a palavra. Em seguida, darei outro aparte a S. Ex.^a

V. Ex.^a cobrou — e o fez enfaticamente — do Governo os critérios que estariam a informá-lo para fazer a censura de periódicos.

Eu diria a V. Ex.^a, por um princípio elementar de bom-senso e de coerência, por um princípio de identidade...

O Sr. Aldo Fagundes — Se V. Ex.^a me indaga, deixe-me responder.

O SR. NINA RIBEIRO — daquilo que Schopenhauer falou: "não um caso universitário, mas um caso de chuva" — as palavras são de Schopenhauer, para evidenciar que a falta de coerência no aspecto da indagação é válida — V. Ex.^a terá, evidentemente, todo o respaldo de indagar os critérios da censura do Governo quando explicar quais são os critérios da censura da Oposição, que se autocensura — e não a recrimino por isso — porque há critérios. A censura começa em nosso foro íntimo, eminente Deputado.

Eu invocava, há pouco, a figura muito citada e pouco lida de Sigmund Freud, que explica exatamente, em múltiplos de seus livros, o mecanismo da censura...

O Sr. Aldo Fagundes — Permite, nobre Deputado?

O SR. NINA RIBEIRO — Em seguida, darei o aparte a V. Ex.^a

O Sr. Aldo Fagundes — Fiz uma pergunta e quero ser respondido agora.

O SR. NINA RIBEIRO — Mas quero ponderar que os critérios da censura, Sr. Presidente, vão longe. Na França, a sacrossanta França, invocada aqui tantas vezes como País democrático, como País da liberdade, como um País que tem uma Consti-

tução livre e que acolhe a representação do povo, mas que, no art. 16 da sua Constituição, tem algo de mais sério e, draconiano do que nosso Ato Institucional n.º 5.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrre) — Lembro ao nobre orador que Ex.^a dispõe de 3 minutos para concluir.

O SR. NINA RIBEIRO — Agradeço a V. Ex.^a

O Sr. Aldo Fagundes — Permite Ex.^a um aparte?

O SR. NINA RIBEIRO — Vou concluir o período e, em seguida, dar o aparte a V. Ex.^a

Sr. Presidente e Srs. Congressistas a França louvada e cantada em pro e verso...

O Sr. Aldo Fagundes — Apelo pela ética parlamentar.

O SR. NINA RIBEIRO — ... a França que tem, no art. 16 da Constituição, algo de muito sério e, podem dizer mesmo, de mais draconiano grave do que o nosso Ato Institucional, que nasceu e que vive para resolver uma situação necessária e emergência, a França consagra, nas disposições transitórias, mas no texto permanente de sua Carta Constitucional, o dispositivo do art. 16.

Mas, foi a mesma França, cuja Academia é modelo, pode-se dizer, de muitas outras academias literárias, e praticamente opôs, tenazmente, a entrada de um Prévost, de um gênio literário, unicamente porque este homem escreveu algo semelhante a "L'Emmi-Vierge".

Porventura V. Ex.^a, eminente Deputado Aldo Fagundes, estaria a defender que não houvesse critério algum que não haveria controle algum sobre o que se diz, sobre o que se propala sobre o que se difunde?

O Sr. Aldo Fagundes — Por que me dirige perguntas se não me permite respondê-las?

O SR. NINA RIBEIRO — Permitiria V. Ex.^a que essas vozes verdadeiras, vozes inoportunas, vozes que estariam a gerar apenas a intranquilidade social de um País, livremente se expendessem suas considerações agitar e afastar da família brasileira a sua possibilidade de melhores dias? É esta a tese de V. Ex.^a quando reclama, o meio de investigações policiais? V. Ex.^a quer fazer inermes o papel da polícia, impedir que essas investigações cheguem a bom termo? V. Ex.^a quer assumir a responsabilidade de dar alibi a criminosos e pseudocriminosos? Este o critério que a Oposição estaria a defender, numa liberdade absoluta, numa liberdade simpática, em algo que estaria a evitar um estado idílico que infelizmente não é dos nossos tempos?

E se os segredos de guerra, os segredos dos beligerantes ou daqueles que enfrentam os refulhos lastimáveis a guerra revolucionária viessem a público?

V. Ex.^a reclamaria, por exemplo, que imprensa de Israel ou mesmo a do airo, publicasse os números certos e seus efetivos militares para fornecer a seus adversários todos os seus pontos fracos e a possibilidade de serem invadidos de um momento para outro? É este o critério que V. Ex.^a demandaria também?

Se medíssemos, centímetro por centímetro, o que se diz nesta Casa e o que é publicado na Imprensa — é um fato que lanco a V. Ex.^a — V. Ex.^a veja que a Oposição tem muito mais matéria publicada do que qualquer outro. V. Ex.^a veria que, com muita facilidade, ganha o grau de notoriedade de publicações ostensivas, em todos os jornais do País aquilo que é dito e repetido, com brilho, com inteligência, pela honrada Bancada da Oposição na Câmara dos Deputados e no Senado, o que não logra obter as assertivas que são muitas vezes repetidas e reiteradas pelos modestos Membros, como eu, que integro, em muita honra, a Bancada do Governo, na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — O tempo de V. Ex.^a está terminado.

O SR. NINA RIBEIRO — Sr. Presidente, sou realmente respeitador do regimento. Faço apenas um apelo a V. Ex.^a para concluir, para dar um fecho ao meu discurso e, inclusive, conceder novo aparte ao eminente Líder, se V. Ex.^a permitir, dada a tolerância de outras vezes, acolhida nesta Casa e, também, dada a relevância da matéria suscitada pelo Líder do Governo, numa sessão em que ele, recentemente, tem o direito de falar — ninguém discute isso — mas numa sessão que, originariamente, foi convocada para votarmos matéria oramentária.

Concedo o aparte a V. Ex.^a

O Sr. Aldo Fagundes — Simplesmente para dizer, eminente Deputado Nina Ribeiro, que a declaração de V. Ex.^a, envolvendo Deputados de minha Bancada, é por mim tomada como intriga sem consequência alguma no funcionamento que tenho com meus colegas. Declaro a V. Ex.^a e a esta Casa que o episódio referido pelo eminente Deputado é completamente suverano, porque as explicações já foram dadas em nome do meu Partido.

O SR. NINA RIBEIRO — A intriga define um estado subjetivo, eminente Deputado. Se eu inventasse uma notícia e a propalasse, se a difundisse, ouvisse uma palavra e por inconsciência até verbal — porque Sócrates já disse que “era mais fácil guardar uma brasa acesa na boca do que um segredo” — aí, sim, eu estaria na crepação de V. Ex.^a

O SR. Aldo Fagundes — Já declarei a V. Ex.^a que a matéria está superada.

O SR. NINA RIBEIRO — Estou me referindo a um fato público, um fato notório, um fato que se deu neste Plenário e que foi inclusive gravado; podemos requisitar as gravações da Câmara. Foi também registrado taquigraficamente. Portanto, não há nenhuma intriga nem incontinência nisso; estou-me referindo a um fato concreto: um honrado Deputado do MDB foi censurado, foi vetado, foi impedido no seu pronunciamento à Nação pelo Líder do mesmo Partido. Qual o critério usado? Isso ainda não foi explicado.

Mais ainda, Sr. Presidente: o que dizer da necessidade dos segredos da vida cotidiana?

Quando estive pela última vez na Suíça, o famoso sigilo bancário suíço estava a ser discutido exatamente no Parlamento. Por quê? Porque a Suíça conseguiu, no seu grau cronométrico de fabricante de relógio e outros aparelhos de precisão, dar cunho de seriedade ao seu sistema bancário de tal forma que os dinheiros, até os mal explicados de qualquer parte do mundo, nas famosas contas numeradas, para lá convergem. Acontece que a grande discussão no Parlamento helvético era exatamente esta: possibilitar que, por um breve lapso de tempo, se violasse o sigilo, se desse inclusive publicidade ostensiva ao grau de certas contas de pessoas que até tinham falecido durante a Guerra, para lançar mão assim das chamadas heranças jacentes. Vimos que se discutia, até seriamente, no grau das relações que interessavam ao Parlamento helvético, se deveriam impedir ou interromper o chamado segredo.

Até que ponto uma notícia pode alterar a sorte ou a vida de um grupo ou de uma Nação, Sr. Presidente? Sabe V. Ex.^a, por exemplo, da origem da fortuna da família Rotschild? Quando houve a batalha de Waterloo, que Napoleão perdeu só porque chegou na véspera, porque as tropas que ele esperava do General Rochy enfrentaram estradas enlameadas. Então, quando ele colocou os seus olhos de alcance e esperava serem as tropas francesas, eram as tropas de Bruchon. O que fez Rotschild? Mandou — com pombos correios — notícia a seu primo, que estava em Londres, e que, rapidamente, arrematou os títulos da bolsa que estava quase em bancarrota. E, com a notícia da fragorosa derrota de Napoleão, os títulos ficaram em alta. Esta é a origem da fortuna dos Rotschild. Veja V. Ex.^a, que nem sempre esses...

O Sr. Deputado Aldo Fagundes — Imagine se houvesse a censura aos pombos-correios!

O SR. DEPUTADO NINA RIBEIRO — ...episódios seriam os mais alvissareiros. Uma notícia intranquilizadora pode levar a uma convulsão social, pode levar intranquilidade aos meios financeiros, pode desencadear uma série de falências.

A grande crise de 1929, em que V. Ex.^a viu o gênio de Keynes enfrentar, por exemplo, Marx, no terreno da Economia, quando V. Ex.^a viu o plano do New Deal, tudo começou porque uma falência de pequenos Bancos, no Estado do Texas, se não me falha a memória, mas que ganhou a toarda da publicidade nos jornais, o que gerou, sem sombra de dúvida, a catástrofe de largas proporções, motivada, em princípio, inclusive, por notícias tendenciosas.

A censura existe eminente Deputado não apenas na consciência de V. Ex.^a...

O Sr. Deputado Aldo Fagundes — Os pombos-correios não foram censurados quando a notícia chegou.

O SR. DEPUTADO NINA RIBEIRO — Os pombos-correios talvez não, mas veja V. Ex.^a que o clube que frequenta e ao qual leva a sua honrada família se não tivesse um princípio, até elementar, vamos dizer, programático, não escrito consuetudinário, de censura, V. Ex.^a não o frequentaria, por certo. V. Ex.^a estabelece uma censura para costumes, para usos, para práticas morais. Se um estranho, visitando o lar de V. Ex.^a, não se portasse convenientemente, tenho a certeza de que o expulsaria de sua casa que, evidentemente, é feita nos padrões da alta decência que honram a família brasileira.

Então, a censura existe sempre, eminente Deputado. O que discutimos, hoje, é o grau de censura. Este, o ponto da discussão, o grau de censura. V. Ex.^a fala em nome da Oposição e, neste momento, granjeia realmente toda a simpatia da imprensa ou da opinião pública, num primeiro repente, que está favorável à não censura, ao desencadear de notícias o mais amplo possível. Mas, eu indagaria de V. Ex.^a se isto representa o co-respectivo da responsabilidade, eminente Deputado. O grau de censura, se maior ou menor, é ditado pelo nosso sentido de responsabilidade e mais do que ele, ou acima dele, eminente Deputado, pelo sentido das contingências que temos a enfrentar. Verberou V. Ex.^a que não se pode falar da fome e da subnutrição no Brasil. Outra coisa não fez o eminente Presidente Médici, quando visitou o Nordeste...

O Sr. Aldo Fagundes — Não foi esta a afirmação que fiz.

O SR. NINA RIBEIRO — Classificando-o com o epíteto de vergonha nacional. As palavras do Presidente

Médici tiveram como consequência, e nós vimos, o advento do INAN. O que é o INAN? É toda uma legislação específica, exatamente para pôr cobro a este estado vexatório que levou, um dia, Josué de Castro a escrever a "Geopolítica da Fome".

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex.^a Teria ainda, por certo, muitos itens a tocar, mas, em conclusão, o que esperamos é que a Oposição, neste momento, ao lado do seu papel insubstituível de chamar, de bradar, de pedir, de difundir, compreenda — invocando aqui as assertivas do próprio Deputado que o antecedeu na tribuna, também das hostes do MDB, e foi ele próprio que reconheceu a crise armamentista que estamos vivendo. O momento é grave e sério, intra e extramuros.

O grau de responsabilidade, ao qual todos nós somos chamados, implica na definição, num elastério maior ou menor de censura, de controle. Seria muito bom que vivêssemos na utopia e que censura alguma fosse necessária. Mas não creio, nobre Deputado Aldo Fagundes, que V. Ex.^a defendesse esse aspecto, porque aqui, ao concluir as minhas palavras, valho-me da lição do grande tribuno que foi Mirabeau, que disse que os bons discursos não tem a pretensão de tê-los feito.

Podem, até, mudar as opiniões, mas não mudam os votos. V. Ex.^a não poderá adotar, perante a opinião pública, outra atitude que não fosse esta, mas, fosse V. Ex.^a governo, duvido muito que deixasse de estabelecer um critério sobre as notícias que pudessem trazer a intranquilidade da ordem social. Da mesma maneira que V. Ex.^a aplica, como qualquer ser hu-

mano, a censura internamente, de grau psicológico, V. Ex.^a aplica o mesmo grau de separação ou de hierarquia de valores quando frequenta um meio social, seja um clube, seja a honrada casa de V. Ex.^a, à qual tributo respeito e que, evidentemente, merece de todos nós o mesmo respeito.

Tenho dito. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres)
Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei n.º 11, de 1973 (CN), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1974.

Não foram apresentadas emendas aos subanexos constantes da pauta dos trabalhos da presente sessão. Passemos, portanto, ao item I.

I

Discussão, em turno único, do Anexo PODER LEGISLATIVO — Subanexo Tribunal de Contas da União, tendo Parecer sob n.º 57/73 (CN), da Comissão Mista, favorável.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra para discutí-lo, irei encerrar a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Tribunal de Contas da União, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

Item II

Discussão, em turno único, do Anexo PODER EXECUTIVO — Subanexo Ministério do Trabalho, Previdência Social, tendo Parecer sob n.º 57-A/73 (CN), da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o subanexo. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Ministério do Trabalho, Previdência Social, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres)
Lembro aos Srs. Congressistas que o Congresso Nacional está convocando para uma sessão conjunta a realizar-se dia 30, terça-feira, às 19 horas, destinada à apreciação de partes do Projeto de Lei n.º 11, de 1973 (CN).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)